

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.700.559 - SP (2017/0235780-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : JAYME BENEDITO LACRUZ  
**ADVOGADO** : DANILO EMANUEL BUSSADORI - SP254605  
**RECORRIDO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORES** : VLADIMIR BONONI - SP126371  
GISLAENE PLAÇA LOPES E OUTRO(S) - SP137781

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JAYME BENEDITO LACRUZ, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA — Diferenças salariais e indenização — Servidor público estadual ativa — Recálculo de seus vencimentos — Conversão para URV — Lei Federal 8.880/94 — Diferença pleiteada refere-se a servidores federais — Impossibilidade de extensão a servidores estaduais — Sentença mantida — Recurso não provido" (fl. 320e).

O acórdão foi objeto de embargos de declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade - Não' está o órgão julgador subjugado às partes, obrigado a examinar todas as normas citadas bem como todos os argumentos invocados, bastando a fundamentação em razão da qual não se acolhia a tese esposada no recurso - Rediscussão de matéria já julgada, emprestando-lhe evidente efeito infringente - Recurso rejeitado (fl. 340e).

Sustenta a parte recorrente, nas razões do Recurso Especial fundamentado na alínea **a** e **c** da CF/88, que o acórdão recorrido violou os arts. 22, 23 e 28 da Lei 8.880/94, sustentando o seguinte:

**"DA AFRONTA OU NEGATIVA DE VIGÊNCIA DA LEI FEDERAL N.º 8.880/94.**

O acórdão recorrido afronta diretamente a lei federal 8.880/94, e ainda nega-lhe vigência no âmbito dos Estados e Municípios, sob o prisma de que a conversão dos salários nos moldes de referida lei, aplica-se exclusivamente aos funcionários federais.

No entanto, tais argumentos não coadunam com a realidade, posto que os artigos 22, 23 e 28 da Lei 8.880/94 são claros a apontar que a conversão abarca todos os funcionários civis e militares, sem distinguir a esfera que estejam lotados (Município, Estado ou União).

(...)

Vale ressaltar que a Jurisprudência pacífica dos egs. STJ e STF reconhecem como cogente a Lei Federal 8.880/94, com plena e total aplicabilidade no âmbito Estadual de São Paulo, determinado, portanto, a forma de conversão dos vencimentos do Recorrente sem enquadrar nesta situação.

Ademais, a Lei 8.880/94 dispõe sobre o programa de estabilização econômica e o sistema monetário nacional, não sendo seu objetivo conceder vantagens ou reajuste salarial, como prevê o artigo 22 acima descrito.

Portanto, há de ser reformado o acórdão combatido, pois restou claro nos autos, em especial pela apresentação de cálculo analítico pelo Recorrente demonstrando a perda salarial decorrente da errônea conversão efetuada pelo Estado Recorrido.

No mais, também é nítido que o pleito não se restringe ao "plus" de 11,98%, mas aquele índice que fora apurado em liquidação de sentença, de modo que o Recorrente busca o reconhecimento da aplicação da Lei 8.880/94 e da correta conversão dos vencimentos nos termos do artigo 22, que não foi adotada pelo Recorrido, o que acarretou na defasagem de seus vencimentos.

(...)

Assim, doutos Ministros, o direito a correta conversão nos termos da Lei 8.880/94, independente do percentual de 11,98% OU do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, está pacificado pelo colendo Supremo Tribunal Federal, devendo ser reformado o r. acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, para declarar a procedência da ação nos exatos termos da exordial, devendo ser considerada a data do efetivo pagamento para fins da conversão.

#### **DO CERCEAMENTO DE DEFESA**

Outrossim, a título de argumentação vale destacar que no caso dos autos existindo a celeuma sobre a possibilidade ou não da conversão nos termos da Lei 8.880/94, o Recorrente apresentou pedido expresso para a realização de prova pericial, consistente em perícia técnica contábil, no sentido de que fosse apurado se houve a conversão, se a mesma foi correta, se existiu perda salarial.

No entanto, o pedido não foi apreciado pelo magistrado e muito menos pelo tribunal "a quo", de modo que configurou-se o cerceamento de defesa, bem como foram desrespeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, vez que o feito demandava dilação probatória.

(...)

### **REQUERIMENTO**

Por todo o exposto, e diante a ocorrência dos requisitos recursais objetivos subjetivos e por ser matéria pacificada nesta corte, é o presente para REQUERER que esse Colendo Superior Tribunal de Justiça receba e conheça do presente recurso, dando-lhe regular processamento e provimento para, reconhecendo a não aplicação da lei federal e o dissídio jurisprudencial traçado nos fundamentos acima expostos, REFORMAR o V. Acórdão hostilizado, de sorte a:

**a)** reconhecer o direito do Recorrente a correta conversão da moeda de cruzeiro real para URV, devendo o Recorrido recalcular os seus vencimentos, nos termos do artigo 22 da Lei Federal 8.880/94, qual seja, com a aplicação do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, ou do percentual de 11,98%, a partir de março e 1994, observando a data do efetivo pagamento, bem como ao pagamento das diferenças em atraso de uma só vez, dado a natureza alimentar da verba, incidente sobre todas as parcelas por cada um recebido, a qualquer título, tudo com correção monetária a partir das datas em que deveriam ter sido efetuados os pagamentos corretos, com aplicação da Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e juros de mora de seis por cento (6%) ao ano a partir da citação, apostilando-se no respectivo título, e, ainda, a proceder as devidas retificações nos reajustes já concedidos a partir de março de 2004 até a presente data, condenando ainda nas custas processuais e honorários de advogado, estes incidentes sobre o valor total da condenação, respeitada a prescrição quinquenal.

**b)** Alternativamente, caso não seja o entendimento de reforma do julgado, que sejam cassados o v. acórdão e sentença recorridos, para que o feito retorne a origem determinando a realização de perícia contábil, com a finalidade de apuração e acerca da correta conversão nos moldes da Lei 8.880/94" (fls. 348/360e).

Contrarrazões oferecidas (fls. 469/492e), o recurso foi admitido na origem

(fls. 494/495e).

Encaminhado o feito para juízo de retratação, houve julgamento nos seguintes termos:

"AÇÃO ORDINÁRIA - Diferenças salariais e indenização - Servidor público estadual ativo - Recálculo de seus vencimentos - Conversão para URV - Lei Federal 8.880/94 - Diferença pleiteada refere-se a servidores federais - Impossibilidade de extensão a servidores estaduais - Decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria: Recurso Especial 1.101.726 - Retorno dos autos para eventual adequação, nos termos do artigo 543 - C, §7º do CPC - Manutenção da decisão que negou provimento ao recurso de apelação" (fl. 433e).

Reiteração do Recurso Especial (fls. 439/441e).

O recurso não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Ordinária proposta por servidor público estadual, objetivando a revisão dos seus vencimentos em virtude dos critérios de atualização estabelecidos pela Lei 8.880/94. Alega que, com a conversão da moeda de Cruzeiro Real para URV, no ano de 1994, não foi aplicado corretamente o art. 22 da referida lei, ocasionando diferença salarial no patamar de 11,98%.

Quanto ao tema, a Corte de estadual consignou o seguinte:

"Com efeito, conforme se verifica da decisão no REsp 1.101.726/SP, o Superior Tribunal de Justiça entendeu ser obrigatória a observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal 8.880/94 para a conversão em URV dos vencimentos dos proventos de seus servidores.

No entanto, no que tange a não aplicação da Lei 8.880/94 aos servidores estaduais e municipais a fundamentação não prevalece, pois tal norma atinge apenas os servidores federais.

Portanto, tal índice não pode incidir sobre o valor do reajuste determinado pela Lei Federal, sob pena de enriquecimento ilícito.

Logo, não se trata de duplo critério de garantia de padrão monetário, mas na aplicação de norma federal de caráter geral o qual está submetida o Estado de São Paulo, devidamente compensadas as aplicações havidas das normas locais de reajustes.

**Conforme já dito, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.101.726/SP consolidou ser obrigatória a observância dos critérios previstos na Lei no 8.880/94, pelos Estados e Municípios.**

**Não havendo comprovado prejuízo resultante da conversão por**

**metodologia mesmo que díspar da Lei Federal, não resulta assim direito a concessão de reajuste salarial, inexistindo pagamento a menor, nem diferenças a deflagrar execução por quantia contra o Poder Público.**

**Pelo exposto, mantém-se a decisão anteriormente prolatada" (fls. 435/436e).**

Da leitura, verifica-se que o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "Não havendo comprovado prejuízo resultante da conversão por metodologia mesmo que díspar da Lei Federal, não resulta assim direito a concessão de reajuste salarial, inexistindo pagamento a menor, nem diferenças a deflagrar execução por quantia contra o Poder Público" (fl436e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. APLICABILIDADE A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, DISTRITAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS. CONVERSÃO. PREJUÍZO. NÃO-COMPROVAÇÃO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 07/STJ.

I - O Tribunal a quo adotou a jurisprudência do STJ no que se refere à recomposição salarial decorrente da conversão errônea de salário em URV, tanto em relação à prescrição (Súmula 85/STJ), quanto à aplicação da Lei 8.880/1994 a todos os servidores públicos, indistintamente, sejam eles federais, distritais, estaduais ou municipais.

**II - Entretanto, tendo a Corte local concluído que não restou comprovado o prejuízo, resta inviável o recurso especial, porquanto rever tal premissa esbarra na Súmula 7/STJ. Precedentes: EDcl no REsp nº 971.336/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no REsp nº 1.095.152/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 27/09/2010; AgRg no Ag nº 1.294.135/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2010; AgRg no Ag nº 1.373.256/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/05/2011.**

III - Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 37.806/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/08/2012)

"PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE REDUÇÃO SALARIAL PROVOCADA PELA CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS EM URV. LEI 8.880/94. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O Tribunal de origem consignou expressamente: "Os autores não demonstram (a prova é deles, nos termos do art. 333, I, do CPC) que os reajustes concedidos pela Administração tenham sido inferiores aos valores mencionados pela LF 8.880/94, nem que a conversão em reais em 1-7-1994 lhes tenha causado prejuízo. Não demonstraram que persistam diferenças dentro do quinquênio prescricional (a ação foi proposta em 23-5-2006), ante as diversas reorganizações administrativas e revisões salariais feitas nesses anos, anotado que as diferenças existem até que concedidos novos aumentos em reais, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal. Admite-se que os autores tinham direito à conversão para URV em 1-3-1994; **mas nada há a conceder ante a total falta de demonstração de prejuízo e de diferenças atuais a pagar**" (fl. 547, e-STJ). **No presente caso, rever o entendimento da Corte de origem implicaria abrir o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.**

2. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Ressalta-se ainda que o óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável também ao Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.529.623/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/11/2015)

Do exposto, não conheço do presente recurso.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na

forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora